

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL -
PLAGEDER

ARMILDO SCHNEIDER

A PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PROGRAMA NACIONAL DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL

São Lourenço do Sul – RS
2013

ARMILDO SCHNEIDER

A PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL

Trabalho de conclusão referente à banca do Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Neto

Coorientador: Me. Prof. Irio Luiz Conti

São Lourenço do Sul – RS
2013

ARMILDO SCHNEIDER

A PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL

Trabalho de conclusão referente à banca do Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Aprovado com Conceito (_____)

Prof.Dr.Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Neto
Orientador
UFRGS

Prof.(a).
UFRGS

Prof.(a). Dr.(a).
Instituição

Porto Alegre, _____ de _____ de 2013.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos, coordenadores, professores e tutores deste curso, que contribuíram em muito na minha trajetória de estudos. Em especial, agradeço a minha esposa por sua compreensão, apoio e paciência demonstrados durante a realização da graduação, principalmente neste último período, fatos esses que contribuíram sobremaneira para o bom desenvolvimento do curso que ora concluo com satisfação e orgulho. Saliento também que, com ele, adquiri muitos conhecimentos, bem como o hábito de leitura.

Enfim, agradeço, acima de tudo, a Deus que, em todos os momentos esteve e estará junto a mim e a todos na caminhada da vida.

RESUMO

Este trabalho é um estudo acerca da participação da Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em São Lourenço do Sul (RS), o que nos dias atuais, é referência para outros municípios da região pelo seu êxito. O referido programa constitui-se em uma política pública para alimentação dos alunos do sistema de ensino e a aquisição dos alimentos é realizada junto às famílias de agricultores familiares incluindo os agricultores quilombolas. O objetivo principal da pesquisa foi analisar a participação da agricultura familiar na oferta de alimentos ao PNAE. Os dados coletados para a realização do trabalho foram auferidos através de entrevistas semiestruturadas com os diferentes atores sociais envolvidos como os agricultores familiares e gestores públicos. A pesquisa identifica o potencial do PNAE para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural do município.

Palavras chave: Agricultura Familiar; Programa Nacional de Alimentação Escolar; Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

This work is a study about the participation of family agriculture in the National School Feeding Programme (PNAE) in São Lourenço do Sul - RS, which nowadays is a reference to other municipalities in the region for its success. This program constitutes in public policy to feed the students of the school system and the acquisition of food is carried out with the families of farmers including farmers maroon. The main objective of the research was to analyze the participation of family farming in food supply to PNAE. Data collected to do the work were obtained through semi structured interviews with the involvement of different social actors as family agricultures and public managers. The research identifies the potential of the Program PNAE for family farming and rural development of the municipality.

Keywords: Family farming; National School Feeding Programme; Rural Development.

LISTA DE TABELAS

1 Valores distribuídos por aluno de acordo com a entidade	19
2 Produtos adquiridos pelo PNAE em São Lourenço do Sul.....	27

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AZONASUL - Associação dos Municípios da Zona Sul
BCB - Banco Central do Brasil
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CAE - Conselho de Alimentação Escolar
CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
COOPAR - Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul
CME - Campanha da Merenda Escolar
CNME - Campanha Nacional da Merenda Escolar
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
EJA - Ensino para Jovens e Adultos
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
ONG - organização não governamental
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PP - Políticas Públicas
PROGER - Programa para Geração de Emprego e Renda Rural
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAN - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
SAF - Secretaria da Agricultura Familiar
SFCI - Secretaria Federal de Controle Interno
SMECD - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
TCU - Tribunal de Contas da União
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS	13
2.1 Objetivo Geral	13
2.2 Objetivos Específicos	13
3 METODOLOGIA	14
4 AGRICULTURA FAMILIAR E O PNAE	17
4.1 Agricultura Familiar	17
4.2 O Programa Nacional de Alimentação Escolar	19
5 O PNAE EM SÃO LOURENÇO DO SUL	22
5.1 Caracterização do município de São Lourenço do Sul	22
5.2 A implantação do PNAE no Município	23
6 CONTRIBUIÇÃO DO PNAE NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	25
6.1 Famílias que fornecem produtos ao PNAE	27
6.2 Melhorias na vida das famílias fornecedoras ao PNAE	31
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35
APÊNDICE I	38
APÊNDICE II	39

1 INTRODUÇÃO

A alimentação escolar visa a melhorar o desenvolvimento educacional, trazendo mais benefícios à saúde e aprimorando a aprendizagem dos alunos. Além disso, contribuiu para o fortalecimento da agricultura familiar, pois com a aprovação da Lei nº. 11.947, de 16 de junho de 2009, as escolas das redes públicas devem gastar, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na compra de produtos advindos da agricultura familiar, produtos esses que devem ser oferecidos nas refeições dos educandos. Esta iniciativa interferiu diretamente no processo de desenvolvimento rural, sobretudo na esfera local, pois se identificaram possibilidades, espaços existentes, dificuldades e limites de viabilidade de acesso dos agricultores familiares a novos espaços de mercado através das chamadas compras institucionais.

Atualmente, a agricultura vem apresentando um quadro preocupante devido ao envelhecimento da população, devido à maioria dos trabalhadores serem homens e do êxodo dos jovens que, em sua grande maioria, preferem buscar emprego na cidade.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos últimos dez anos, 276 mil agricultores gaúchos deixaram o campo e 45 mil famílias não possuem sucessores para continuar a sua ocupação na agricultura (IBGE, 2010). O Rio Grande do Sul conta com 379 mil famílias de agricultores familiares e, se nada for feito para incentivar os jovens a permanecerem no meio rural, logo surgirá um quadro desanimador para a produção de alimentos. A baixa rentabilidade das pequenas propriedades rurais, as escolas que não tratam da realidade do campo em suas disciplinas, a falta de políticas e incentivos governamentais direcionados aos jovens, a falta de conectividade com serviços (como internet e telefonia celular de boa qualidade) são fatores que dificultam a fixação dos jovens no meio rural.

Constatou-se, ainda, que a agricultura familiar representa a maioria dos agricultores no Brasil, com cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos, dos quais 50% encontram-se no Nordeste (IBGE, 2010). O segmento detém 20% das terras e responde por 30% da produção global. Alguns produtos básicos da dieta brasileira, como o feijão, o arroz, o milho, as hortaliças, a mandioca e os pequenos animais chegam a ser responsáveis por 60% da produção. Esses produtores em geral, são agricultores com baixo nível de escolaridade e que diversifi-

cam os produtos cultivados para diluir custos, aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão de obra (PORTUGAL, 2002).

A Lei da Alimentação Escolar (Lei 11.947/2009) definiu que as compras de produtos da agricultura familiar devem ser feitas priorizando alimentos orgânicos produzidos na própria comunidade, a fim de promover o desenvolvimento rural sustentável regional. Quando se consome alimentos assim produzidos, com base no cuidado com o meio ambiente, as relações éticas de trabalho e justiça social são mantidas e aprimoradas.

Outrossim, foram criadas organizações de controle social com a finalidade de simplificar o contato com os agricultores familiares, pois são grupos, associações ou consórcios com ou sem personalidade jurídica que reúnem essas famílias.

A produção oriunda da agricultura familiar vem tendo dificuldades para abastecer a demanda do município de São Lourenço do Sul. A produção é proveniente de pequenas propriedades, distantes umas das outras, não existindo armazenagem em câmaras frigoríficas dos produtos perecíveis, para que possam se manter em perfeitas condições de consumo por um maior espaço de tempo.

Nas escolas, ocorre o mesmo. Não há infraestrutura de armazenamento adequado para manter os alimentos mais perecíveis, pelo período de uma semana, que é o tempo de distribuição adotado pela Prefeitura Municipal. Por essa razão, a distribuição dos alimentos perecíveis, da alimentação escolar, da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, é feita semanalmente.

A participação da agricultura familiar é importante, mas precisa ser eficiente e manter um padrão aceitável, para ser revertida em alimentação de qualidade, assim como deve haver uma logística eficaz em relação à coleta e à distribuição, para que esses produtos possam ser consumidos em tempo adequado.

Analisar a contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como política pública que potencializa a agricultura familiar em São Lourenço do Sul é o principal objetivo deste trabalho. Considera-se, ainda, a iniciativa de conhecer as finalidades do PNAE em conformidade com a Lei 11.947/2009 e sua implantação no município de São Lourenço do Sul; a caracterização dos agricultores familiares fornecedores de produtos ao PNAE e a verificação da contribuição desses produtos para a dinamização econômica e so-

cial da agricultura familiar, assim como a avaliação das condições das estruturas de suporte e os canais locais de comercialização dos alimentos para verificar em que medida eles são capazes de suprir a demanda de produção e abastecimento do PNAE no município.

Diante deste contexto, este trabalho tem como problema de pesquisa a indagação: qual é a contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar como política pública na dinamização da agricultura familiar no município de São Lourenço do Sul?

A estrutura deste trabalho contempla diversos capítulos. No primeiro capítulo faz-se uma breve introdução geral do trabalho. No segundo capítulo apresentam-se os objetivos, analisando a contribuição do PNAE como política pública que favorece a agricultura familiar, caracterizando e identificando os agricultores familiares envolvidos no PNAE. O terceiro capítulo apresenta a metodologia da pesquisa. O quarto capítulo intitulado Agricultura Familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar descreve a participação deste programa no município de São Lourenço do Sul. O quinto capítulo apresenta a caracterização e a implantação no município de São Lourenço do Sul do PNAE. O sexto capítulo analisa o acesso ao PNAE pelos agricultores familiares, apresenta as famílias que fornecem produtos e as melhorias em suas condições de vida. O sétimo e último capítulo trata das considerações finais.

2OBJETIVOS

O presente trabalho tem como finalidade apresentar uma análise do PNAE com alguns aspectos considerados relevantes para seu entendimento em âmbito nacional e municipal. Pretende, através de uma descrição do que é agricultura familiar e, conseqüentemente, um agricultor desta atividade, fazer um exame sobre as mudanças ocorridas na vida dessas pessoas com a abertura do PNAE a esse tipo de agricultura. Trata ainda de analisar o PNAE frente aos fornecedores da agricultura familiar de São Lourenço do Sul e a aplicação dessa política pública como contribuidora no desenvolvimento e melhoria da renda da agricultura familiar, colaborando ainda, para uma boa alimentação nas escolas, com cardápios bem elaborados, consistentes e de acordo com hábitos alimentares da sua região.

2.1 Objetivo Geral

Analisar a contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar como política pública que potencializa a agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

2.2 Objetivos Específicos

- Conhecer as finalidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar em conformidade com a Lei 11.947/2009 e sua implantação no município de São Lourenço do Sul.
- Caracterizar os agricultores familiares fornecedores de produtos ao PNAE e verificar a contribuição desses produtos para a dinamização econômica e social da agricultura familiar.
- Identificar mudanças econômicas e sociais na vida das famílias de agricultores familiares que produzem e comercializam produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

3METODOLOGIA

A abordagem adotada neste trabalho foi qualitativa, através da pesquisa exploratória seguida de pesquisa de campo mais ampla, em que foram levantados os dados através de pesquisa bibliográfica, entrevista e análise do material para melhor compreensão dele. Segundo Valladares (2007), a abordagem qualitativa tem a função de investigar, levando as pesquisas a uma análise ampla dos contextos sociais ajudando na construção necessária para interpretação dos dados coletados a campo. A abordagem quantitativa complementou os dados qualitativos e ajudou na conclusão e análise dos trabalhos.

Como o estudo foi baseado em fontes do IBGE e do FNDE que tratam da história, estrutura e leis que regem o PNAE, procedeu-se a pesquisa através de questionários à entidade mantenedora do programa no âmbito de município e com agricultores familiares e suas cooperativas.

A pesquisa qualitativa, seguindo subsídios teóricos de Lüdtké e André (1986) pode ser dividida em dois tipos basicamente, o da pesquisa etnográfica e o do estudo de caso. O trabalho de pesquisa etnográfico possui um tempo de pesquisa longo e combina técnicas como, por exemplo, observação, entrevistas, histórias de vida e análise de documentos.

O segundo tipo de pesquisa qualitativa, o estudo de caso, segundo Lüdtké e André (1986), deve ser aplicado quando o trabalho de interesse do pesquisador é uma situação singular, particular e apresenta características que visam o descobrimento. Estes estudos destacam uma situação e sua conseqüente interpretação, buscando desvendar completa e profundamente uma realidade, e isso, valendo-se da abundância de informações. Podem inclusive representar pontos de vista contraditórios ou distintos em uma situação social. Diferentemente de outras averiguações, apresentam-se em acessível linguagem.

Nesse sentido, o conhecimento nunca está pronto, está sendo constantemente reformulado, acrescentado e leva sempre em consideração o contexto em que o caso acontece, assim, essa situação encaixa-se perfeitamente no que é proposto neste trabalho.

Esta pesquisa caracteriza-se por ser um estudo de caso, pois foram levantados dados através dos roteiros de entrevistas em cujas respostas identificam-se a real participação dos agricultores familiares, com suas satisfações ou frustrações de quando estão produzindo ali-

mentos saudáveis para o fornecimento ao PNAE e, também, melhorando atividades junto às suas propriedades, tornando-as viáveis e eficazes.

Primeiramente, definiu-se, mais precisamente, o objeto de estudo, o PNAE, sua constituição e pressupostos com pontos positivos e negativos. Depois, caracterizou-se o problema objeto deste estudo, utilizando-se entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas e individuais aos agricultores familiares e aos funcionários e dirigentes das entidades representativas. E, finalmente, fez-se uma análise dos dados captados e elaborou-se a conclusão através de resultados considerados relevantes.

Os dados foram obtidos através de entrevistas com o setor da alimentação escolar da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (SMECD) de São Lourenço do Sul, com o setor de compras da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, com a agroindústria familiar e com produtores rurais dentre os quais os quilombolas (Quilombo Monjolo) que produzem na mesma região centralizadora da aquisição de produtos. Os dados coletados das entrevistas foram devidamente transcritos, analisados e interpretados evidenciando como são vistos e entendidos os agricultores, para formular um diagnóstico da agricultura familiar participante da alimentação escolar do município de São Lourenço do Sul, cujos resultados são apresentados neste trabalho.

As entrevistas foram divididas em dois grupos: o primeiro foi dos gestores do PNAE setor da alimentação escolar, entre eles a nutricionista, que faz parte da (SMECD); setor de compras da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, em um total de quatro entrevistas, cujos entrevistados foram identificados como: Gestor Público 01 (GP01), Gestor Público 02 (GP02), Gestor Público 03 (GP03) e Gestor Público 04 (GP04). No outro grupo, as entrevistas foram realizadas com os agricultores fornecedores de produtos ao PNAE, em um número de sete entrevistas e identificadas como: Agricultor Familiar 21 (AF21), Agricultor Familiar 22 (AF22), Agricultor Familiar 23 (AF23), Agricultor Familiar 24 (AF24), Agricultor Familiar 25 (AF25), Agricultor Familiar 26 (AF26) e Agricultor Familiar 27 (AF27).

Após a transcrição das entrevistas fez-se a análise e interpretação dos dados cujos resultados foram apresentados especialmente no capítulo que trata especificamente da contribuição do PNAE para a dinamização econômica e social da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

Os critérios para seleção dos gestores públicos a serem entrevistados foram: um integrante do setor de compras; um responsável pelo almoxarifado que cuida do estoque de ali-

mentos; e a nutricionista a qual é responsável pelo cardápio escolar. Por parte dos agricultores familiares a definição dos entrevistados seguiu os seguintes critérios: que fossem agricultores fornecedores ao PNAE; que estivessem residindo em diferentes localidades do município; e que pelo menos duas famílias fornecedoras fossem de comunidades quilombolas.

4 AGRICULTURA FAMILIAR E O PNAE

Neste capítulo o objetivo é o de fazer uma breve revisão teórica sobre a agricultura familiar e o PNAE, que será desenvolvida nas seções seguintes.

4.1 Agricultura Familiar

Alguns trabalhos identificam a participação da agricultura familiar no fornecimento de produtos para a Alimentação Escolar e verificam algumas dificuldades quanto a essa participação, que já foram amplamente analisadas.

Conforme Machado (2010), os problemas mais aludidos referem-se à escassa quantidade de alimentos para atendimento de todas as refeições escolares e a carência de uma variedade de mantimentos frente às obrigações do cardápio. Mesmo nessas dificuldades, verifica-se um potencial ascendente nas estratégias de melhoria da aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE, com o repasse direto de recursos no financiamento, incentivo à agricultura familiar.

Belik (2009) comenta sobre a necessidade de ser conhecida a realidade dos agricultores participantes do abastecimento de produtos para a alimentação escolar, pois a ampliação de fornecimento é dependente de políticas municipais de incentivo à aproximação de produtores locais e o mercado institucional do PNAE, sem referência ao tamanho do município ou seu relativo número de habitantes.

O município de São Lourenço do Sul tem plena capacidade de aglutinar mais agricultores familiares para elevar o potencial de oferta de produtos para a alimentação escolar. Para isso precisa orientar os agricultores para, efetivamente, enquadrarem-se, juntamente com o órgão competente, facilitando a entrega da produção, agilizando assim a distribuição dos alimentos nas escolas.

Teixeira (2002) analisando a existência de competências governamentais comuns e concorrentes entende que o município, que se integra aos programas governamentais, tem autonomia ampla para definir suas políticas de aplicação de recursos.

O agricultor familiar é reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Para o MDA, a DAP é o primeiro e mais

importante passo para o agricultor familiar acessar políticas públicas criadas a seu favor (MDA, s.d.).

O Ministério da Agricultura editou, em junho de 2010, uma Nota Técnica para esclarecer a Lei dos Orgânicos e seu Decreto. Tal nota tem a finalidade de esclarecer que os agricultores familiares se tornam habilitados legalmente a comercializar, em venda direta, produtos como orgânicos, desde que façam parte de uma Organização de Controle Social devidamente cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ainda inscritos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

A Cartilha Orgânica na Alimentação Escolar esclarece que nessa situação se incluem as aquisições realizadas pela CONAB, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), quando para doações de alimentos e por escolas e prefeituras para o atendimento da alimentação escolar no âmbito do PNAE.

Segundo a Lei Nº. 11.326 de 24/07/2006, são considerados agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, aqueles que praticam atividades no meio rural, desde que atendendo aos requisitos de: não deter área maior do que quatro módulos fiscais; utilizar mão de obra da própria família predominantemente; ter renda familiar originada do próprio estabelecimento ou empreendimento; dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASL, 2006)

Segundo Schneider (1999), além das estratégias de ocupar a mão de obra familiar em atividades agrícolas e nãoagrícolas, os agricultores familiares, frequentemente, conciliam a mão de obra familiar com a contratada (temporária ou permanente) nas atividades produtivas dentro das propriedades, quando há carência de familiares que executem a tarefa, sendo que isso geralmente ocorre em casos como quando os filhos não estão em idade de participar das atividades agrícolas, ou há perda de potencial produtivo (predominância de idosos) e quando a propriedade pratica atividade produtiva altamente intensiva. O mesmo autor afirma que a composição das estratégias da agricultura familiar depende de aspectos importantes que compõem o meio no quais os agricultores familiares estão inseridos.

Segundo Tinoco (2008) a agricultura familiar contemporânea se estabelece quando a atividade leva em conta todas as formas que essa categoria social apresenta, desde que baseada no trabalho familiar nãoagrícola (pluriatividade) ou que contenha participação ou parce-

las de trabalho assalariado, conservando a essência da mão de obra familiar (agrícola ou nãoagrícola).

4.2 O Programa Nacional de Alimentação Escolar

Segundo o FNDE (2012), o PNAE teve várias mudanças em sua denominação e estrutura funcional, tendo origem ou ideias iniciais na década de 1940, mas só em 31 de março de 1955 concretizou-se sob decreto nº 37.106. Este decreto instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação, passando a ter atendimento em âmbito nacional através do Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956 - Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME).

Transformou-se, em 1976, em II Programa Nacional e Nutrição (PRONAN), ligado a financiamentos do Ministério da Educação e administrado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, passando a ser chamado Programa Nacional de Alimentação Escolar somente em 1979.

Basicamente o programa torna garantida a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas, por meio de transferência de recursos financeiros. É o FNDE que repassa direto aos municípios e secretarias de educação os valores baseados no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento:

Tabela 01: Valores distribuídos por aluno de acordo com a entidade

Entidades	Valor mensal por Aluno
Creches	R\$ 1,00
Pré-escola	R\$ 0,50
Escolas indígenas e quilombolas	R\$ 0,60
Ensino Fundamental, Médio e EJA.	R\$ 0,30
Ensino Integral (Mais Educação)	R\$ 0,90

Fonte: BRASIL –FNDE, 2012.

O valor do recurso mensal é calculado obedecendo à seguinte fórmula: Valor mensal = nº de alunos constantes do censo x 20 dias de atendimento. O programa é financiado com recursos do Tesouro Nacional e transferido em 10 parcelas mensais e idênticas nos meses de fevereiro a novembro, considerando os 200 dias letivos (FNDE, 2010).

Um ponto considerado muito positivo é que, neste programa, 70% dos recursos transferidos devem ser aplicados em produtos alimentícios básicos (semielaborados e *in natura*) e devem ser levados em consideração os hábitos alimentares regionais e a produção agrícola do município. Esses recursos são fiscalizados por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) e pelo Ministério Público (FNDE, 2010).

Em 2009, através da Lei nº 11.947 de 16 de junho foi determinado que toda a educação básica e de jovens e adultos seja atendida e que 30% do valor repassado devem ser para aquisição de produtos da agricultura familiar, o que veio a fomentar a agricultura familiar desta atividade.

Segundo o FNDE (2012) e em obediência à Constituição Federal, as unidades executoras têm autonomia administrativa sobre os recursos financeiros, o que significa tanto gerir como completar financeiramente uma melhoria do cardápio escolar. Seguindo as orientações, um cardápio escolar necessita ser elaborado por uma nutricionista habilitada, e devidamente acompanhada pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Respeitando ainda o percentual de 30% das necessidades nutricionais diárias dos alunos das creches, escolas indígenas e remanescentes quilombolas, restando um percentual de 15% para os demais alunos (pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos).

Os estados e municípios possuem a responsabilidade da compra de itens da alimentação escolar e devem obedecer a critérios estabelecidos na Lei nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações, critérios estes que estabelecem como devem ser feitas as licitações e contratos na administração pública. Quanto aos itens da agricultura familiar, não é necessário o processo licitatório, podendo ser através de chamada pública, conforme resolução do conselho deliberativo do FNDE da educação nº38, de 16 de julho de 2009, desde que os preços praticados estejam compatíveis com os do mercado local e os alimentos estejam dentro das exigências sanitárias e de controle de qualidade (FNDE, 2009).

Através do PNAE, consegue-se assegurar um melhor rendimento escolar, pois espera-se que um aluno bem alimentado tenha um maior equilíbrio no seu desenvolvimento físico e psicológico e uma melhoria nas defesas orgânicas de sua saúde.

A aquisição de gêneros alimentícios será realizada nesta ordem de prioridades: município da escola, entre agricultores da região, do território rural, estado e país. Em julho de

2012, na Resolução nº 25, houve uma alteração do limite de venda ao PNAE passando de R\$ 9.000,00 para R\$ 20.000,00 por DAP/ano (FNDE, 2012).

Existe ainda, um Conselho de Alimentação Escolar (CAE), composto por representantes indicados do poder Executivo, do Legislativo, além da sociedade, professores, pais e alunos, e dentre eles é formado uma diretoria com presidente, vice-presidente e secretário, todos com direito a voto, mas, somente com ampla maioria são definidas as estratégias e resoluções para acompanhamento junto às escolas e à Secretaria de Educação, e com mandato de quatro anos (FNDE, 2012).

No município de São Lourenço do Sul, além do PNAE, existem as políticas públicas (PP) de: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) Agroecologia, Pronaf Agroindústria, Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares, Pronaf Floresta, Pronaf Jovem, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Mulher e o Proger Rural, as quais são acessadas pela agricultura familiar.

5 O PNAE EM SÃO LOURENÇO DO SUL

Primeiramente, foram analisadas a localização e características do município de São Lourenço do Sul e depois detalhado o funcionamento do PNAE no referido município.

5.1 Caracterização do município de São Lourenço do Sul

O município de São Lourenço do Sul fica situado na metade sul do estado do Rio Grande do Sul, distante 200 km da capital, Porto Alegre. É chamado de “Pérola da Lagoa” por ser banhado pela Lagoa dos Patos e possuir praias belíssimas na orla, com árvores frondosas, proporcionando sombra. Existem pedras emoldurando a praia, com areias brancas e finas para o lazer dos turistas, tornando a paisagem ainda mais bela. Localiza-se na região turística da Costa Doce, microrregião centro sul do estado do Rio Grande do Sul, possui uma área total de 2.031 km², correspondendo a aproximadamente 0,8% da superfície total do Estado. Os acessos ao município podem ser feitos via BR-116 e RS-265 (CORRÊA, 2011). O município é essencialmente agrícola, porém começa a despertar para o turismo, fazendo jus a outro título “Terra de todas as paisagens” que lhe foi atribuído pela Prefeitura Municipal.

Conforme o IBGE, no último censo de 2010, (43.111 hab) o município possuía a maior população na zona rural e agora inverte a posição. Atualmente, está com 56,2% da população na zona urbana e 43,8% na zona rural, devido ao êxodo rural (IBGE, 2010).

Couto (2012) cita que a principal atividade econômica do município com grande movimentação financeira é a fomicultura, com importantes espaços para a agropecuária de bovinos, suinocultura, produção de laticínios, plantios de milho, feijão, soja, arroz, batata, cebola, fumo, aspargo, pimenta, alho e amendoim. Mas são importantes ainda a indústria do couro e o turismo, que conta com uma importante quantidade de hotéis, pousadas e restaurantes. Destaca-se ainda por sua ampla produção gerada na agricultura familiar. Segundo a Associação dos Municípios da Zona Sul (AZONASUL), o município é colocado como o primeiro nas produções de fumo, leite, batata, feijão, milho e soja, entre os municípios da região sul do estado.

5.2 A implantação do PNAE no município

De acordo com informações obtidas junto à SMECD (CORRÊA, 2011), o PNAE foi inserido em São Lourenço do Sul no ano de 2006, sendo um dos primeiros na região sul a implantar a negociação com produtos da agricultura familiar. Justamente por isso o município se tornou referência na região sul para a exposição dessa experiência. Cita-se ainda que desde agosto de 2010, vem sendo realizada a compra de produtos agroecológicos pela prefeitura, com conseqüente aumento do número de produtores ajustando-se a essa comercialização. O município também concentra vários grupos organizados para facilitar e regularizar as negociações tais como associações de produtores rurais, a Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores da Região Sul (COOPAR), a Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar (COOPAF), a Cooperativa de Pescadores Profissionais e Artesanais Pérola da Lagoa (COOPESCA) e a Cooperativa Sul Ecológica Ltda., mais os conselhos locais, sindicatos e o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) - ong.

A rede municipal de ensino de abrangência da SMECD concentra 34 escolas multisseriadas (1º ao 5º ano, na zona rural), 11 escolas polos de ensino fundamental (1º ao 9º ano, na zona rural e urbana) e nove escolas de educação infantil (zona urbana). Esta secretaria do município tem estruturada uma equipe responsável pela Alimentação Escolar composta por nutricionista, agente administrativo, controlador de estoque, encarregado pelo acondicionamento do estoque e distribuição dos alimentos nas escolas, além de um motorista. Os produtos distribuídos nas escolas são adquiridos pela Central de Compras da Prefeitura Municipal, obedecendo a todos os requisitos dos processos licitatórios e de compra direta dos agricultores familiares (SMECD).

Conforme a SMECD, são adquiridos os seguintes principais produtos da agricultura familiar: abóbora comum, aipim, arroz tipo 1, alface, batata inglesa, batata-doce, bebida láctea, bergamota, beterraba, biscoitos doces de amanteigados, aveia, chocolate e milho, brócolis, cenoura, chuchu verde, couve-flor, couve-manteiga, feijão-preto, leite em pó integral, mel de abelhas, ovos de galinha, repolho, suco de frutas, tomate e tempero verde. Os produtos mencionados são efetivamente produzidos e fornecidos pelos produtores da agricultura familiar do município de São Lourenço do Sul ao PNAE, o que contribuiu para o desenvolvimento do município, ajudou os agricultores e, principalmente, beneficiou a alimentação dos alunos matriculados na rede municipal de ensino. Para reforçar essas constatações um gestor público, GP01, menciona que “estamos com um índice de 67% de aquisição de pro-

dutos oriundos exclusivamente da agricultura familiar do município de São Lourenço do Sul”.

6 CONTRIBUIÇÕES DO PNAE NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O PNAE é uma política pública que veio em favorecimento principalmente dos escolares, beneficiando-os com uma boa alimentação, rica em produtos oriundos da agricultura familiar. Com isso, os agricultores, também, diretamente, estão sendo incentivados a produzirem cada vez mais, tendo um bom acompanhamento técnico, apoio de grupos, associações, cooperativas, sindicatos, conselhos locais e ongs. Para alcançar seus objetivos, o PNAE faz a interação entre agricultura familiar, atores sociais, e os setores da educação em busca do desenvolvimento rural econômico do município de São Lourenço do Sul.

O PNAE assegura que, no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE aos estados e municípios, deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Para a composição da alimentação escolar, sintetizam o papel que o Estado pode e deve exercer na estruturação de sistemas justos e descentralizados de produção, distribuição e consumo de alimentos (FNDE, 2013).

O expressivo mercado institucional (da Alimentação Escolar) que está posto na mesma escala local e/ou regional poderá ser um fator dinamizador das economias porque permitirá que produtos locais sejam adquiridos e consumidos na própria região e, com isso, contribuam com o dinamismo socioeconômico dos municípios. Isso gera renda que circula no município, criando postos de trabalho e outras ocupações no setor rural, consolidando estruturas socioeconômicas e políticas como também estimula a multifuncionalidade da agricultura familiar (MDA, 2013).

Além da produção de alimentos e de matérias-primas, a produção da agricultura familiar aprovou o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético. Ao viabilizar a agricultura familiar, que está associada à dimensão espacial do desenvolvimento, é possível uma distribuição populacional mais equilibrada nos territórios ou regiões, consolidando caminhos para a construção do desenvolvimento sustentável com novas relações de mercado e de organizações sociais (CAPA, 2013).

Possibilitar esse tipo de desenvolvimento rural, segundo Schneider (2003), representa uma tentativa de ir além da modernização técnico-produtiva apresentando-se como uma estratégia de sobrevivência das unidades familiares que buscam sua reprodução, em um mode-

lo nos quais todos os integrantes da unidade familiar tomam decisões sobre o modo de produzir e trabalhar.

Conforme Sander (2013) o Programa de Alimentação Escolar envolve um conjunto de pessoas e entidades, tais como o agricultor e a agricultora que produzem os produtos; a associação dos agricultores que beneficia, transporta e os comercializa; a prefeitura que executa os processos burocráticos (licitação, chamada pública, inspeção e compra), a nutricionista que elabora o cardápio; a merendeira que prepara a alimentação, entre outros.

Assim as diversas intervenções, ao longo desse processo contêm um variado conjunto de conhecimentos e de saberes. Segundo o autor, cabe aqui destacarem-se os ganhos em relação à saúde, pois o fato de ser facultada ou possibilitada a aquisição de produtos e alimentos diretamente dos agricultores da comunidade traz benefícios importantes como o de obtenção de produtos frescos e com qualidade, evitando que produtos cheguem muitas vezes às escolas com os prazos de validade vencidos; o de acompanhamento do processo de produção e controle da origem dos produtos, permitindo saber quais foram os procedimentos técnicos utilizados para sua produção; o da utilização de produtos da época, permitindo maior variedade na composição dos cardápios e, finalmente, supervisionamento da qualidade dos produtos na hora do recebimento.

Ainda segundo Sander (2013), o estímulo ao consumo de produtos locais, trata de agregar estímulo à valorização e promoção dos produtos com origem local comprovada e controlada, sabendo-se ainda que em geral, são mais frescos e nutritivos por isso contribuem com a saúde e a qualidade de vida dos estudantes. Ao mesmo tempo, estimula-se o resgate dos valores dos usos e das práticas alimentares que compõem a tradição local e reafirma-se a importância de diversificar a cesta de alimentos que compõem a base da alimentação.

No ano de 2012, foram adquiridos, segundo a SMECD, produtos da agricultura familiar, num total de R\$360.000,00 os quais foram pagos aos agricultores em número de 40, sendo que cada um tem um limite de R\$9.000,00 ao ano. Com isso, concluiu-se que cada fornecedor obteve uma renda anual de R\$9.000,00, chegando ao patamar máximo estabelecido.

Os respectivos produtos para a alimentação escolar da rede municipal de São Lourenço do Sul são apresentados na tabela que se segue com as concernentes quantidades adquiridas no decorrer do ano de 2012 segundo dados colhidos com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - SMECD. Deve-se salientar que esta tabela apresentada indi-

ca apenas os produtos comprados da Agricultura Familiar do município, sendo que outros gêneros alimentícios industrializados são adquiridos de outras origens.

Tabela 02: Relação de produtos e quantidades adquiridos da Agricultura Familiar consumidos no ano de 2012 na alimentação escolar na rede municipal de ensino.

Gênero	Quantidade	Gênero	Quantidade
<i>Hortaliças e Leguminosas</i>		<i>Frutas e derivados</i>	
Abóbora comum	3.400 kg	Bergamota	3.000 kg
Aipim	3.400 kg	Laranja	3.000 kg
Alface lisa ou crespa	3.000 un	Maracujá	960 kg
Arroz branco TP 01	18.000 kg	Morango	2.000 kg
Batata-doce	2.100 kg	Doce de frutas diversas	3.200 kg
Batata-inglesa	4.200 kg	Suco de frutas diversas	7.500 l
Beterraba	3.000 kg	<i>Panificados</i>	
Brócolis	1.200 mol	Biscoitos amanteigado	4.000 pct
Cenoura	3.000 kg	Biscoitos doce de aveia	4.000 pct
Chuchu verde	3.000 kg	Biscoitos doce de milho	4.000 pct
Couve-manteiga	2.400 mol		
Espinafre	2.400 mol		
Feijão-preto	6.000 kg	<i>Lácteos</i>	
Tempero verde	2.000 mol	Bebida láctea polpa frutas	8.000 l
		Doce leite em pasta	3.200 pot
		Leite em pó integral	10.200 kg
		<i>Origem Animal</i>	
		Mel de abelhas	360 kg
		Ovos de galinha	3.240 dz

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados primários disponibilizados pela SMECD (2012).

6.1 Famílias que fornecem produtos ao PNAE

As famílias são oriundas, na maioria delas, do interior do município de São Lourenço do Sul e vinham enfrentando muitas dificuldades no desenvolvimento de suas atividades na produção de alimentos e criações. São pequenos agricultores que se obrigavam a vender seus produtos para os atravessadores, com preços por eles determinados, e muito aquém dos praticados no mercado e, com isso, não obtinham progresso econômico. Dessa forma, muitos

derivaram para o cultivo do tabaco, com o qual apuravam valores mais elevados mesmo sabedores do prejuízo para sua saúde devido à utilização de agrotóxicos.

Na maioria dos casos, esses agricultores possuem pequenas áreas de terra, com baixo nível educacional. Têm uma má alimentação com excesso de carboidratos e ausência de produtos mais saudáveis, como frutas e legumes, principalmente, produzidos sem agrotóxicos. Também conduzem suas propriedades sem orientação, nem regras ou planejamento, o que dificulta a produção e a venda de seus produtos. Muitas vezes vão pela “onda” (momento de empolgação) do que outros cultivam e vendem, o que acarreta a baixa dos preços, prejudicando o seu equilíbrio financeiro, além de causar uma frustração quanto à viabilidade de seu negócio. Segundo um dos gestores públicos, o GP04, “estamos sempre apoiando os agricultores desde o momento da escolha de qual produto será cultivado até o desenvolvimento dele, prestando assessoria e esclarecimentos”.

Esses agricultores, na grande maioria, são fornecedores de hortifrutigranjeiros produzidos ecologicamente, participam de grupos com número reduzido de famílias e trocam informações entre si para adequarem-se ao pedido de fornecimento dos produtos, para que todos tenham uma mesma fatia, equilibrando em média as suas vendas. Isso fica claro na fala do AF25, ao afirmar que “a Cooperativa Sul Ecológica nos liga, fazendo o pedido e eu como responsável pelo grupo, falo com os outros e combinamos as quantidades que cada um tem para completar o pedido que eles fazem pra nós”.

Observou-se, ainda, que estes agricultores sentem-se satisfeitos com esta nova atividade de fornecedores de produtos ao PNAE, pois conforme o tempo passa, eles vão participando de palestras e cursos relacionados às suas atividades e, com isso, instruem-se e melhoraram as suas receitas com a produção, com custos operacionais e insumos baixos, proporcionando uma rentabilidade positiva o que, para a maioria dos agricultores, é utilizada para manter sua família e proporcionar investimentos na propriedade. Um agricultor familiar, (AF27), diz que “atualmente somos visitados por muitos grupos de agricultores para tomarem conhecimento da forma como produzimos, principalmente em relação aos ovos de galinha”.

Neste trabalho, foram identificados os fornecedores do PNAE, através de informações obtidas junto a Associações, SMECD, CAPA, COOPAR, COOPESCA, constatando-se

que o perfil dos agricultores é de grupos e associações de agricultores familiares, quilombolas e pescadores.

Os agricultores entrevistados que participaram do fornecimento ao PNAE já são oriundos da agricultura, sempre moraram no interior, sendo essa a sua principal atividade de sobrevivência. Os pertencentes a grupos e associações são de porte médio e de poder aquisitivo bom, muitos deles tendo outras fontes de renda em seu quinhão de terra (30 ha) e com o fornecimento de alimentos ao PNAE, conseguem complementar suas rendas e, ainda, em alguns casos, distribuem as tarefas entre os familiares, proporcionando-lhes uma renda e mantendo-os em sua propriedade para continuidade no meio rural, contribuindo para alavancar o desenvolvimento rural do município.

Os agricultores familiares pertencentes ao grupo do quilombo Monjolo têm seus filhos na escola os quais não participam na ajuda de mão de obra para seus pais, pois são menores e, portanto, incapacitados ao trabalho; os que são aptos transferem-se para a cidade onde estudam e trabalham e não pretendem voltar para o campo. Através das entrevistas, verificou-se que os agricultores, além de fornecerem produtos ao PNAE, e com isso auferindo renda, também possuem outras vantagens como aposentadoria rural, atividades fora da propriedade, Bolsa Família, alcançando valores mensais de 01 a 02 salários mínimos. Conforme o AF23, “a venda de produtos ao PNAE aumentou a renda da família em até 90% não precisando mais trabalhar fora”.

Por outro lado, os filhos de agricultores colonos frequentam escolas no interior, utilizando-se do transporte escolar que os leva às escolas na própria localidade (distrito) e completam o ensino fundamental. Eles também são transportados até a cidade onde estudam em níveis mais avançados, o que possibilita a permanência na propriedade rural durante este período e faz com que, após concluírem os estudos, não se transferiram para a cidade, o que geralmente acontece com aqueles que ficam longe de casa nesta fase.

A maioria dos agricultores familiares fornecedores ao PNAE produz desde o ano de 2009, são participantes de grupos, associações e ou cooperativas, as quais já existiam e têm aproximadamente 300 sócios. O município de São Lourenço do Sul possui algo em torno de 60 associações de agricultores, segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, dentre os quais se destacam os que estão relacionados com os grupos de agricultores familiares fornecedores ao PNAE. Esses grupos são das seguintes localizações:

Butiá, Central de Campos Quevedos, Faxinal, Monjolo, Prado Novo, Quevedos Primeiro e Santa Inês. Essas associações originaram-se na ideia de fortalecimento para pleitearem financiamentos agrícolas junto às entidades bancárias, aquisição de implementos agrícolas, utilizados entre os associados, e participação na aquisição de sementes de milho no sistema troca-troca. O principal objetivo alcançado por elas referia-se à estruturação de suas propriedades como melhoria nas estradas, construção de açudes, irrigação e drenagem e aquisição de sementes.

Essas associações dividem-se em grupos de seis, assim denominados: Grupo Agroecológico Campos Quevedos, Faxinal, Prado Novo, Quevedos, Quilombo Monjolo e Santa Inês, os quais fornecem os produtos para a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda., da cidade de Pelotas, a qual executa todo o processo de programação de recolhimento e entrega ao PNAE no almoxarifado da secretaria de educação.

Todos comercializam quase que a totalidade de seus produtos para o PNAE, o excedente é vendido para a feira local e, também, diretamente aos consumidores das redondezas e da cidade. Contam com assistência técnica (um técnico agrícola da COOPAR e um engenheiro agrônomo do CAPA) a qual ocorre quinzenalmente e sempre que o agricultor solicitar essa ajuda. A coleta dos produtos nas propriedades é realizada por um veículo da associação também quinzenalmente, em um único local que se aproxime de todos os fornecedores, transportando até a Secretaria de Educação onde são recebidos e distribuídos para as escolas municipais de São Lourenço do Sul.

Os agricultores avaliam sua participação como de médio padrão, mas suficientemente rentável e benéfica para a melhoria na qualidade de vida em suas residências e na continuidade às suas atividades como produtores de hortaliças, vegetais, frutas e cereais.

As dificuldades e barreiras são quase que unânimes e relacionadas ao solo, como adubação orgânica e aplicação de calcário, além das condições climáticas como: frio, seca, chuvas de granizo e geadas. Eles têm seus filhos matriculados em escolas polos da sua região e um excelente desenvolvimento intelectual, são bem nutridos e com forte capacidade para o trabalho. A maioria possui acesso aos equipamentos tecnológicos disponíveis como motocicleta, TV, celular e computador.

Os agricultores familiares do quilombo Monjolo da localidade de Quevedos, que é composto de vinte e cinco famílias (os quilombolas), possuem uma única área de terra (30

ha) com dimensões um pouco maiores que de outros agricultores fornecedores ao PNAE. São famílias mais carentes que vêm recebendo apoio dos governos e contam, também, com o apoio do CAPA. Produzem abóbora, alface, batata-doce, beterraba, bergamota, cenoura, couve, laranja, lima e repolho, sendo a maior parte de suas produções comercializadas quinzenalmente com o PNAE e suas queixas são referentes ao valor muito baixo recebido pela venda do repolho.

Esta nova maneira de trabalho melhorou de forma significativa as suas vidas desde o momento em que estão produzindo alimentos nutritivos e saudáveis, com isso, obtiveram melhores moradias, eletrodomésticos e demais utensílios que proporcionam uma condição de vida e de trabalho mais dignificante do que a anterior. Ou seja, antes do PNAE, os quilombolas prestavam serviços a terceiros, sendo remunerados, praticamente, só para a alimentação. Agora produzem suas hortas e continuam trabalhando em outras propriedades e melhorando suas receitas.

Os seus filhos estão matriculados na escola da região e recebem, na sua alimentação escolar, os produtos das propriedades de seus pais, e com isso, mantêm hábitos alimentares com uma refeição saudável, rica e nutritiva o que contribui para o seu desenvolvimento escolar, além de envolver-se diretamente com agricultura da região.

6.2 Melhorias na vida das famílias fornecedoras ao PNAE

Esta nova maneira de tratar as pequenas propriedades dos agricultores familiares tem lhes proporcionado resultados muito benéficos, contribuindo para o progresso da propriedade, com infraestruturas que melhoram a qualidade do solo e a irrigação, além de proporcionar um acesso viário mais adequado. Na família, percebeu-se maior qualidade na saúde com o consumo de alimentos mais saudáveis e nutritivos, os quais não possuem uso de defensivos agrícolas, evitando, assim que contraíam doenças, tornando-os indivíduos fortes para enfrentarem suas tarefas diárias, o que quase sempre ocorre com muita exposição ao sol, por praticarem atividades na lida da roça a céu aberto.

Uma observação importante, durante as entrevistas de campo, foi de uma melhoria geral no modo de vida, aparência e satisfação por estarem participando do fornecimento ao PNAE e, com isso, mantendo os filhos em suas propriedades, pois conseguem proporcionar

um trabalho condizente com suas capacidades de conhecimento adquirido hereditariamente de antepassados. Todos eles matriculados em escolas próximas, bem estruturadas e que proporcionam um bom aprendizado. Além disso, passam boa parte do dia em suas casas, no convívio diário de suas famílias, participando das atividades religiosas e culturais de seu meio. Alguns deixaram seu emprego na cidade, voltando para o meio rural no qual se sentem melhor e já se preparam para substituir seus pais, os quais já estão ficando idosos e se aposentando, não mais querendo executar tarefas na propriedade, pois as mesmas tornaram-se difíceis e penosas devido a doenças que os impossibilitam de realizá-las.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar, no município de São Lourenço do Sul, tem se mostrado razoavelmente estruturada e com capacidade de efetivar-se como uma política pública de bons resultados.

Além de favorecer o desenvolvimento rural, através da subsistência das famílias, proporciona uma boa lucratividade aos agricultores, melhorando a qualidade de vida dos mesmos, proporcionando uma gestão administrativa com melhores condições de comercialização e manutenção das propriedades, fixando o homem rural no campo. Contudo, necessita de uma melhor atenção no que se refere ao transporte dos produtos comercializados, à armazenagem e ao aumento da produção.

Outro aspecto a ser salientado é a condição mais satisfatória da alimentação das famílias a partir dessa nova modalidade, principalmente de produção ecológica e orgânica, pois garante a segurança alimentar e nutricional, atingindo, também, os alunos da rede escolar.

Além disso, os agricultores familiares que são possuidores de uma propriedade diversificada com hortaliças, frutas, vegetais, cereais e criação, a partir dessa política pública do fornecimento ao PNAE, têm a garantia de conseguir contribuir para o equilíbrio ecológico e sustentável da natureza, mas necessitando ainda de uma maior conscientização dessa preservação. Muitos ainda não possuem a real noção do que podem melhorar sua rentabilidade se seguirem normas básicas no manejo da produção orgânica.

Constatou-se, ainda, que a agricultura familiar progrediu de maneira satisfatória com a venda de seus produtos para o PNAE, injetando recursos no município e, com isso, melhorando a economia, havendo uma valorização de seus produtos que a partir de agora, têm uma colocação garantida com uma remuneração mais eficiente e rápida. Isso tudo também atraiu novos agricultores para investirem em suas propriedades com suas plantações de produtos para comercializarem com o PNAE, tendo, assim, um mercado garantido. Contudo, percebe-se que a quantidade de alimentos produzidos não é suficiente para abastecer a demanda do município. Seria necessário então incrementar essa produção.

Outro fator observado é o problema do recolhimento e da armazenagem, pois as localidades são distantes umas das outras e não existem unidades armazenadoras frigorificadas nas associações e nem nas escolas a que se destinam. É preciso, pois que o município, ou associações, trate desse problema com a máxima brevidade.

Os agricultores familiares progrediram em suas propriedades, e isso é percebido na qualidade de vida, nas melhorias do modo de vestir, no aspecto geral mais saudável, felizes com o que estão fazendo, pois conseguem sentirem-se mais úteis e valorizados por estarem participando de um processo eficiente de produção. Mas, apesar disso, todos que foram entrevistados dizem não conseguirem manter-se somente com esse fornecimento ao PNAE, ainda estão dependentes de outras rendas como pensão, aposentadoria, trabalhos artesanais, reflorestamento e outras atividades que melhoram o orçamento da propriedade familiar.

Como a análise da contribuição do PNAE como política pública era o principal objetivo deste trabalho, fica evidenciado que atingiu a meta a que se propunha, visto que notadamente apareceram os pontos favoráveis ou não a esse programa em todo desenrolar do estudo.

A implantação do PNAE em São Lourenço do Sul é considerada exemplo para os outros municípios da região e que faz com que a SMECD muito se orgulhe desse fato, o qual também foi mostrado recentemente na televisão, a nível regional, estadual e nacional (RBS TV) com uma reportagem que evidenciou a contribuição da agricultura familiar na alimentação escolar do nosso município e a maneira especial como as refeições são elaboradas nas escolas.

REFERÊNCIAS

BELEDELI, Marcelo. *Cerca de 30% dos pequenos produtores não têm sucessor*. Jornal do Comércio; Porto Alegre, Agronegócios, publicada em 02/07/2012 Disponível em:<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=97362>. Acesso em: 31 mar.2013.

BELIK, W; CHAIM, N. A. *O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local*. Rev. Nutr., n. 22, v. 5, Campinas, 2009. p. 595-607. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-52732009000500001&script=sci_arttext. Acesso em: 14 dez.2012.

BRASIL –*Resolução/CD/FNDE N° 38 de 16 de julho de 2009*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/RES38_FNDE.pdf. Acesso em: 14 dez.2012.

BRASIL- *Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação: PNAE*- Disponível em:<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-funcionamento>. Acesso em: 22 mar.2013.

BRASIL – *Lei federal N° 11.326, de 24 de julho de 2006* – Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em:www.jusbrasil/legislação/anotada/2444415/lei-11326-06. Acesso em: 22 mar. 2013.

COUTO, Shanda de Freitas. *Experiências na implementação do PNAE em São Lourenço do Sul*. 2012,32p. Trabalho de Conclusão de Especialização em Gestão em Saúde – UFRGS [Orientadora Prof.^a Mariana Baldi]

CORRÊA, Edilene dos Santos. *Programa nacional de alimentação escolar: um canal de comercialização da agricultura familiar em São Lourenço do Sul*. 2011. 62 F. Trabalho de conclusão do Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER – Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

IBGE -*Cidades – Município de São Lourenço do Sul* – Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatística/população/censo2010/cidades>. Acesso em: 15 abr. 2013.

FNDE-Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-Apresentacao,2012>. Acesso em: 15 abr. 2013.

LÜDTKE, Menga e ANDRÉ, Marli E.D.A.; *A pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Patrícia Maria de Oliveira et al. *Compra de alimentos provenientes da agricultura familiar pelo programa nacional de alimentação escolar em municípios brasileiros*. 5. ed. Florianópolis: questionário eletrônico, 2010. 4 p. Acesso em: 5dez. 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – *Cartilha dos Orgânicos na Alimentação Escolar* – Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/saf/register/?return_url=%2fportal%2fsaf%2farquivos%2fvievw%2falimenta-o-escolar. Acesso em: 23 mar.2013.

PESCKE, Jonas R. Desenvolvimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar em São Lourenço do Sul. 2011. 40p. TCC (Graduação) UFRGS, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.repositorioceme.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/62011/000821027.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 abr.2013.

PORTUGAL, Alberto Duque. *O desafio da Agricultura Familiar*. 2002. 2 p. Disponível em:<http://www.embrapa.br/imprensa/art.2004-12-07.2590963189/>. Acesso em: 20 dez. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO SUL- *Chamada Pública*– Disponível em:http://www.saolourencodosul.rs.gov.br/arquivos/CPub_02_2012.pdf. Acesso em: 15abr.2013.

SANDER, Roberta. Entrevista. São Lourenço do Sul: Nutricionista, 2013.

SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar e pluriatividade. 1999. 470p. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFRGS, Porto Alegre, 1999.

TINOCO, S.T.J. *Conceituação de agricultura familiar: uma revisão bibliográfica*.2008. Artigo em Hipertexto.Disponível em: http://www.infobibos.com/Artigos/2008_4/AgricFamiliar/index.htm. Acesso em: 23mar.2013.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade*. 2002. 11 p. AATR-BA. Disponível em: http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf. Acesso em: 14 dez.2012.

UFRGS, Rio Grande do Sul, 2011. [Orientador Prof.Dr. Leonardo Xavier da Silva]. Disponível em:<http://hdl.handle.net/10183/38150>. Acesso em: 16 dez. 2012.

APÊNDICE I

Roteiro de entrevistas com gestores do Programa Nacional de Alimentação Escolar

- 1) Desde que ano já está implantado o PNAE no município de São Lourenço do Sul?
- 2) Como funciona o programa no município de São Lourenço do Sul?
- 3) Qual o percentual de participação da agricultura familiar no total dos alimentos consumidos?
- 4) Existe um plano para ampliar este percentual de aquisição da agricultura familiar?
- 5) Quais são os produtos adquiridos provenientes da agricultura familiar do município?
- 6) No município temos fornecedores da agricultura familiar que preenchem os itens do cardápio?
- 7) Existe uma adaptação no cardápio que favoreça o aproveitamento dos produtos de origem do próprio município?
- 8) Quando faltam gêneros da agricultura familiar para a formação do cardápio o que é feito?
- 9) Como você avalia a logística de armazenagem e distribuição da alimentação escolar?
- 10) Existe abastecimento estável permanente com os produtos da agricultura familiar?
- 11) Os agricultores familiares estão organizados em associações ou cooperativos?
- 12) Quantos agricultores são fornecedores dos produtos para alimentação escolar?
- 13) Como você avalia a qualidade sanitária e nutricional dos alimentos?
- 14) Como é a recepção e aceitação desses alimentos pela comunidade escolar?
- 15) Quais são as principais vantagens da aquisição dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar?
- 16) Quais as dificuldades para concretizar esta aquisição com regularidade?

APÊNDICEII

Roteiro de entrevistas com agricultores familiares fornecedores de produtos ao PNAE

- 1) Desde quando vocês fornecem produtos ao PNAE?
- 2) Como surgiu a ideia de vocês produzirem para comercializar para o PNAE?
- 3) Vocês estão organizados em associações ou cooperativas?
- 4) Elas já existiam ou surgiram por causa de vocês quererem comercializar para o PNAE?
- 5) Quantos associados compõem a cooperativa?
- 6) Vocês comercializam produtos somente para o PNAE ou no comércio em geral?
- 7) Qual a porcentagem dos produtos que vocês comercializam através do PNAE?
- 8) Quais são os principais produtos que vocês fornecem ao PNAE?
- 9) Vocês contam com assistência técnica para a produção e a comercialização?
- 10) Como é organizada a coleta e a entrega dos produtos ao PNAE?
- 11) Quem faz este serviço? São vocês mesmos que entregam os produtos nas escolas ou são outros?
- 12) Do total da renda da produção agrícola anual, o PNAE representa quantos por cento?
- 13) Como vocês avaliam os preços praticados pelo PNAE?
- 14) Quais as dificuldades e barreiras encontradas para fornecer regularmente os produtos?
- 15) Quais os benefícios que o PNAE está proporcionando para a família?
- 16) Em sua opinião, o que se pode e deve melhorar no PNAE?